

Questão dominante DA ESCASSEZ DE ENERGIA À BORRASCA ARGENTINA

*Rogério L. Furquim Werneck**

Tendo de lidar, ao mesmo tempo, com as restrições da crise energética e com as graves repercussões da deterioração do quadro argentino, a condução da política econômica vem enfrentando, desde abril, rápido estreitamento de espaço de manobra. Mas, nas últimas semanas, os desdobramentos da crise argentina passaram a dominar as preocupações da equipe econômica.

No que tange ao racionamento, a situação parece ter evoluído de forma razoavelmente favorável nos últimos dois meses, pelo menos tendo em vista os prognósticos um tanto pessimistas que chegaram a ganhar proeminência no final de maio. O governo, refeito da perplexidade inicial de que foi tomado, ao se dar conta das reais proporções da crise energética, afinal parece ter reassumido controle da situação e estar em condições de administrar de forma minimamente ordenada o quadro de excesso de demanda de energia. A resposta dos consumidores residenciais ao racionamento foi surpreendentemente positiva. E é até provável que, nos próximos meses, tais consumidores se permitam níveis de demanda de energia um pouco menos austeros, relaxando em alguma medida a mobilização que permitiu que as metas de redução de consumo fossem em geral amplamente superadas.

Por paradoxal que possa parecer, apesar de toda a irritação e das inegáveis inconveniências advindas do racionamento, o sucesso obtido pelas medidas de contenção de demanda de energia parece ter dado lugar a vaga sensação de contentamento cívico com o êxito da complexa ação coletiva de que a sociedade brasileira foi capaz, quando subitamente defrontada com a escassez de eletricidade. De certa forma, isto vem beneficiando o governo nas pesquisas de opinião. E surpreendendo analistas que, há poucos meses, quiseram apressadamente ler na crise energética o epitáfio da possibilidade de FHC conseguir eleger o seu sucessor.

Já o consumo industrial de energia vem tendo evolução bem menos favorável. Não obstante toda a mobilização da indústria para se adaptar ao quadro de escassez de eletricidade, as metas de contenção de consumo ainda não foram alcançadas. E é isto que explica a queda relativamente suave de nível de atividade industrial desde o início do racionamento. Mas, a esta altura, a indústria já mapeou os limites do possível no que diz respeito a aumento de eficiência no uso de energia ou a autogeração. E estará agora obrigada a cumprir as metas de redução de consumo a ela impostas. Justamente, no terceiro trimestre do ano, quando se inicia um período de significativo aumento sazonal da atividade industrial.

Para que a contração do produto industrial não seja mais pronunciada do que o necessário é fundamental que a energia disponível para a indústria como um todo possa fluir para seus usos mais nobres. E isto requer que os vários mecanismos que permitem que excedentes de energia sejam transacionados entre os segmentos da indústria sejam rapidamente desemperrados. Nas últimas semanas houve sinais promissores de que tal desemperramento está começando a ocorrer. Há evidências de que trocas bilaterais de excedentes, muitas delas intermediadas por associações empresariais, vêm adquirindo importância crescente. E, nos leilões de excedentes de energia promovidos pela Bovespa, os volumes vêm aumentando e os preços vêm-se tornando mais realistas. O fato de que, nestes leilões, tem havido mais ofertas de venda do que de compra parece sugerir que os preços ainda estão altos. Mas é bem provável que a demanda por excedentes de energia aumente rapidamente nos próximos meses, na medida que as empresas industriais se vejam forçadas a afinal cumprir suas quotas de consumo, justamente quando sua demanda de energia estiver em franca ascensão. Espera-se também que as mudanças na diretoria da instituição responsável pela gestão do Mercado Atacadista de Energia afinal permitam que este mercado seja rapidamente agilizado.

A crise energética ainda está longe de ter sido superada. E o próprio governo reconhece que ainda vai ser preciso contar com condições hidrológicas bastante favoráveis para que se possa evitar uma escalada nas medidas de racionamento nos próximos meses. Mas a questão parece razoavelmente equacionada e, de qualquer forma, sua importância começa a empalidecer em face das proporções que vem assumindo a outra questão fundamental com que vem tendo de lidar a gestão da política econômica.

Mesmo analistas tradicionalmente propensos ao otimismo acerca da proverbial capacidade de sobrevivência do ministro Cavallo vêm reconhecendo que, desta vez, o esgarçamento do quadro econômico e social na Argentina atingiu um ponto tão crítico que torna difícil vislumbrar sobrevida muito longa para o problemático regime cambial platino. É natural, portanto, que o governo brasileiro esteja se preparando para o pior. Uma débâcle argentina deverá dar lugar a um colossal vagalhão de contágio. Reforçar as amarras parece mais do que prudente. A borrasca pode até mesmo não durar muito. Mas não cabe dúvida sobre quão violenta poderá vir a ser.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.